

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 186ª Reunião Ordinária – Ano 2018
15 de Março de 2018

Aos 15 (quinze) dias do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, reuniu-se para a 186ª (centésima octogésima sexta) Reunião Ordinária no período de 14:00 às 18:00 horas no auditório da Secretaria de Estado de Saúde (SESA), localizada na Enseada do Suá, Vitória-ES sob a Presidência da Presidente do CES, conselheira Joseni Valim de Araujo e do Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde, Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos Conselheiros (as):, Willian Fontes (SINDPSI-ES), Eliana Baptista (SINODONTO), Gleicy dos Santos da Vitória (FAMOPES), Maria Lucia dos Santos Mariano (FAMOPES), Gilson Mesquita de Faria (ACAPEMA), Lindomar Alves Scalfoni (FAMOPES), João Carlos dos Santos (SINDNAP), Elci Lobão Medeiros (CUT), Joana Jaegher (SESA), Rita de Cássia Olimpio Martins (SINDSAÚDE-ES), Gilson Sena Ventura (SINTAPI-ES), Marcos dos Santos (FAMOPES), Maria Suzete Oliveira Caliarí (Pastoral da Saúde), Alexandre de Azevedo Correia (SINODONTO). Justificaram a ausência: Fabrício Gaeed (Serviços Filantrópicos), Leonardo Lessa Arantes (SIMES), Rosângela Pinheiro dos Santos Jasper (ASMUF), Paloma Alves Alcon Portes (HUCAM), Vera Lúcia Peruch (COSEMS-ES), Leonardo Lessa Arantes (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Valeska Fernandes Moraes (SINDIENFERMEIROS), Cynara da Silva Azevedo (SINDSAÚDE), Elci Lobão Medeiro (CUT), Manoel Wanderley de Oliveira (FEMICRO), Rosângela Pinheiro dos Santos Jasper (ASMUFES), Rosemberg Moraes Caitano (Federação das Associações de Moradores e dos Movimentos Populares do Espírito Santo), Dauri Correia da Silva (FAMOPES). É feito a verificação para se iniciar a reunião. Não sendo constatado o quórum para abertura da sessão a reunião é cancelada. Após o cancelamento da reunião dois conselheiros retardatários chegam para participar da reunião e a presidente do Conselho Estadual de Saúde Joseni Valim diz que em consideração aos presentes e aos que chegaram a sessão seria mantida, no entanto, informa que os atrasos estão se tornando regra e não exceção por isso solicita que os membros do pleno cheguem no horário, pois as Reuniões se iniciam às 14 horas. Quanto às ausências informa que a justificativa da falta não a abona.

Pauta 1- INFORMES e INDICAÇÕES: O primeiro informe é referente à indicação e será realizado mais a frente. **Informe 2-** Audiência Pública de prestação de contas dos trabalhos realizados pela secretaria de estado da saúde do 3º quadrimestre de 2017". data: 16 de março, sexta-feira, horário: 09h, local: Plenário Dirceu Cardoso – ALES. **Informe 3-** O Chefe do CAPS/MP-ES, Dr. Cleto Pedrollo, convida representante do CES para reunião com gestores municipais para tratar de irregularidades decorrente da falta de materiais para cirurgias eletivas no Hospital Geral de Linhares – Dia 22/03/2018 as 8:30h no Auditório da promotoria de justiça de Linhares. **Informe 4-** Ofício 033/2018 da Fundação Hospital e Maternidade São Camilo, que registra descumprimento por parte do município de Aracruz do convênio 003/20107 que repassa recursos à referida Fundação para prestação de serviços de saúde, cuja a dívida soma R\$ 1.128.991,25 e solicita ao Conselho Estadual de Saúde que promova fiscalização do cumprimento dos termos do Convênio em tela. **Informe 5-** OF. 144/2018 da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Calçado que comunica ao CES e

ao Ministério Público que esta diligenciando no sentido de realizar nova eleição para o Conselho Municipal de Saúde daquele município, tendo em vista que o mandato atual do colegiado encontra-se encerrado. **Informe 6-** Of. 91/2018 – SINDSAÚDE-ES que, em nome da Coordenação da Marcha da Saúde, organizada por Sindicatos, Centrais Sindicais e Movimentos Sociais, convida O Conselho Estadual de Saúde para participar da Marcha que ocorrerá no dia 05/04/2018 e solicita a inclusão da mesma no calendário de Atividades da Semana da Saúde no ES. **Informe 7-** Requerimento da Conselheira Rita de Cássia Olímpio Martins que informa sobre o fechamento de Enfermarias, redução de leitos e condições de trabalho no Hospital Estadual de São José do Calçado. Informe 8- O Conselho Nacional de Saúde por meio da Comissão Intersetorial de orçamento e Financiamento – COFIN, em parceria com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU está realizando seminários com o tema: "Controle Social na Saúde: Financiamento do SUS", com o objetivo de fortalecer o controle social promovendo a atualização de temas na área de controle (interno, externo e social) e a participação social. Serão abordadas questões sobre transparência e acesso à informação, bem como possibilidades de utilização dessas ferramentas na melhoria da atuação dos conselheiros, principalmente os integrantes de comissão de orçamento e financiamento ou similar dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, na construção do planejamento, monitoramento, avaliação e fiscalização dos recursos da saúde. Dia e Hora: 12 de abril, das 14h às 18h Local: Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo Endereço: Rua Pietrangelo de Biase, nº 56, 4º andar, Sala 404 – Centro ,Vagas: 40. Informe 9- De ordem do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Deputado DOUTOR HÉRCULES, informamos que sua visita à Reunião Ordinária desta Comissão foi agendada para o dia 03 de abril, terça-feira, às 9 horas, no Plenário Rui Barbosa, nesta Casa de Leis, para falar sobre "O Dia Mundial da Saúde", em atendimento ao Ofício nº 13/2018 desse Conselho. Informe 10- A Assembleia Legislativa do Espírito Santo, através do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, DEPUTADO DOUTOR HÉRCULES, em parceria com a Comissão de Direito Médico e Saúde e Terceiro Setor da OAB/ES, convida a todos para a Audiência Pública que debaterá a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA REGIÃO SUL". DATA: 13 DE ABRIL, SEXTA-FEIRA, HORÁRIO: 16 HORAS, LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. A conselheira Rita de Cássia Olímpio é convidada a falar sobre o informe passado anteriormente sobre as condições do Hospital Estadual de São José do Calçado. A mesma informa que no ano anterior estavam com o projeto de fechar a maternidade e com a articulação dos Conselhos Municipais da Regional Sul não foi aprovado em reunião da CIR Em Cachoeiro de Itapemirim. Relata que eram cinco leitos, porém, no mês de fevereiro retiraram dois, restando apenas três leitos. Informa dos recursos liberados em 2016 para ampliação de espaço físico e implantação de três leitos de UTI que para surpresa de todos foram retirados e segundo informações de funcionários do setor faltavam apenas funcionários, pois os equipamentos permanecem no local. Informa que a enfermaria cirúrgica da pediatria foi fechada. Informa sobre os problemas enfrentados pelos demais setores inclusive a falta de medicamentos. **Informe 1-** Eleição dos representantes do CES para participarem da 21ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde – 04 e 05/04/18 – Brasília-DF. A presidente do CES Joseni Valim informa que foram disponibilizadas 36 vagas e que 4 Conselheiros Estaduais representarão o CES, sendo dois representantes de Usuários, um representante do Segmento dos Profissionais e um Representante do Gestor Prestador de

Serviços. Da mesma forma se dará nos Conselhos Municipais. Cita os Conselheiros que fazem parte da Coordenação de Plenária e informa que quatro deles irão representar o CES na Plenária Nacional de Conselho. É definido que os representantes dos Usuários serão a conselheira Maria Lúcia dos Santos Mariano e Conselheiro Marcos dos Santos. Representando os Profissionais de Saúde será a Conselheira Rita de Cássia Olimpio Martins. A indicação do Gestor Prestador de Serviços será feita até o dia 25 de março. A conselheira Elci Lobão Medeiro representará a Mesa Diretora. **Informe 11-** Apresentação da Estrutura do Site / CES. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga informa que a Secretaria de Estado da Saúde recebeu a orientação da SECONT para atualizar o Portal da SESA para dar visibilidade às ações do Controle Social, portanto o Site do CES será reestruturado. **Pauta 2-** Aprovação da Ata da 185ª Reunião Ordinária do CES. Após correções a mesma é aprovada. A conselheira Gleicy dos Santos da Vitória solicita a retirada do 6º ponto de pauta, pois não estaria presente no momento da apresentação do mesmo e está em tempo hábil para apresentar sua defesa. A presidente do CES Joseni Valim informa que o mesmo será retirado, no entanto, seguindo o regimento na próxima sessão o mesmo deverá ser apresentado. **Pauta 3-** Apresentação do "Portal para Gestão das Filas de Espera no SUS - ES". O senhor Giles Grolla Alonso inicia a apresentação sobre o Portal para Gestão das Filas de Espera. Fala sobre o Planejamento Estratégico e os Desafios da saúde: Ampliar a resolutividade e cobertura da rede primária de saúde; Ampliar e facilitar o acesso do cidadão aos serviços de saúde especializada e mais humanizados; Aumentar o protagonismo do cidadão nos cuidados com a própria saúde; Melhorar a gestão do Sistema de Saúde. Explana sobre as Filas: Em todos os países que seguem o princípio da universalidade da saúde, há fila. Princípio da Universalidade: "*A saúde é direito de todos e dever do Estado*" (Artigo 196 da Constituição Federal do Brasil); Princípio da Integralidade: "*O atendimento deve ser integral com prioridade à saúde preventiva*" (Artigo 198 - II da Constituição Federal do Brasil). Princípio da Equidade: A saúde deve ser direito de todos e não de parte da população, embora o Estado deva tratar desigualmente os desiguais (Artigos 194 e 196 da Constituição Federal do Brasil e Lei 8080/90). Fala sobre a necessidade de gestão e transparência sobre as filas. Expõe a Consequência da Espera nas Filas do SUS: Pesados ônus administrativos para o SUS, com as perdas de eficiência; Impactos significativos sobre o bem-estar, as probabilidades de cura, a natureza e extensão das sequelas nos pacientes e nos familiares envolvidos; Incertezas decorrentes da imprevisibilidade dos atendimentos impedem o planejamento da vida dos pacientes e dos seus familiares e da atuação do sistema de saúde; Desordem organizacional no SUS e também pela pressão social decorrente das filas; A perda de prestígio social do sistema de saúde; Prejuízo da democracia e da igualdade enquanto princípio do SUS; Efeito multiplicador que outras políticas que envolvam a saúde possam vir a ter sobre a utilização dos serviços de saúde; Outros de natureza semelhante. Explana sobre os Objetivos estratégicos e específicos e dos benefícios para população que entre ele estão melhorar o tempo-espera e o tempo-resposta em relação às demandas necessárias da população segundo critérios de prioridade do SISREG. Apresenta o Escopo do projeto que visa melhor Gestão e transparência de filas por procedimentos selecionados e município. Filas do módulo I que são: Consultas e Exames Especializados. Coloca-se a disposição para esclarecer as dúvidas. A conselheira Eliana Baptista questiona se o município tem acesso a informações referentes somente ao município? O senhor Giles Grolla Alonso responde que o município consegue visualizar somente a própria fila no Estado. A conselheira Eliana Baptista questiona como saberão se outros municípios estão sendo beneficiados

pelo Estado e quanto aos municípios, como podem cobrar a inserção do referido sistema e acesso ao mesmo? O senhor Giles Grolla Alonso responde que quanto ao comparativo de acesso de municípios versus outros municípios pelo Portal de Filas a princípio não é possível. O Conselheiro Francisco José Dias complementa a fala do senhor Giles Grolla ao dizer que o quantitativo de vagas consultas X Exames destinados aos municípios os mesmos tem acesso, só não tem acesso a lista nominal de pacientes, portanto, o município sabe o que é destinado a ele e é possível contabilizar. **Pauta 4-** Apresentação e deliberação do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde – PEEPS – 2018/21. O senhor Andrey Luiz Mozzer inicia sua apresentação informando que está representando a Gestão e Educação em saúde e justifica a ausência do senhor Luis Claudio Silva que é responsável pelo setor, pois, está em reunião no Ministério da Saúde discutindo a Proposta de Educação Permanente. Prossegue ao explicar que **O plano Estadual é subdividido em** Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço, existem 5 no Estado do Espírito Santo, uma em cada Região de Saúde totalizando 4 e uma Estadual. São Compostas por Gestores, Representantes do Controle Social, profissionais de saúde. Em cada Região existe a Comissão Intergestora Regional (CIR) e Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES). Atualmente a questão da Educação em Saúde é responsável pela formação de 10 mil trabalhadores da SESA e 70 mil trabalhadores do Estado do Espírito Santo. diz sobre os documentos norteadores desse processo e que a discussão a respeito se iniciou em 2015 se estendendo até 2017, sendo ele: Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS); Plano Estadual de Saúde (PES); Plano Regional de Educação Permanente em Saúde PAREPS – (Norte, Central, Metropolitana e Sul); Plano de Intervenção Regional PIR (Norte, Central, Metropolitana e Sul); Oficinas de EPS nas Áreas Técnicas (APS, VISA, Outros); Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS) ; Planificação da APS. Informa que as oficinas realizadas com as áreas técnicas é uma ação permanente. Aponta que no Plano existem dezenas de diagnósticos e explana alguns exemplos do que subsidiou as discussões, tais como a distribuição da força de trabalho de saúde do Estado do Espírito Santo, segundo a região de saúde; distribuição da força de trabalho de saúde do Espírito Santo, oriundos do setor público e das profissões de saúde, segundo o nível de escolaridade; distribuição da força de trabalho de saúde da SESA, segundo as profissionais de saúde e outras de programas de saúde estratégicos; distribuição das ações educativas segundo a modalidade; distribuição das ações educativas segundo as tipologias; distribuição das ações educativas segundo grupos temáticos. Prossegue ao dizer que após análise de todos os elementos, relatórios e planos chegou-se a cinco grandes áreas: Atenção Integral à Saúde por meio das Redes Temáticas Regionalizadas; Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS; Redução dos Riscos e Agravos à Saúde da População por Meio de Ações Intra e Intersectoriais de Promoção e Prevenção e Intervenção no Risco Sanitário; Gestão em Saúde; Participação e Controle Social em Saúde que foram de encontro ao planejamento do governo sendo os três primeiros na Rede Cuidar e os dois últimos na qualificação da Gestão. Informa que as CIES regionais já definiram quais cursos são mais importantes para realizarem e estão atualmente em fase de elaboração de uma nova técnica e termo de referência para abertura do processo. Informa sobre a reunião na próxima semana com os Secretários Executivos Regionais para- Elaboração e Detalhamento dos Projetos de EPS 2018 a 2021. Iniciarão várias Oficinas que envolve todas as regiões. Explana sobre o quantitativo de recursos para realizar essas ações em 2018: **Recurso Anual – Responsabilidade da Gestão da Educação** R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); **Recurso Anual –**

Responsabilidade da Gestão da Educação R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais); **Recurso Federal – Responsabilidade da Gestão da Educação e da APS** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Informa que o Plano foi aprovado na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) através da Resolução 237, no entanto na Política Nacional o mesmo deve ser também aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde. O Conselheiro William Fontes questiona o valor destinado às referidas formações X o quantitativo de profissionais beneficiados. O senhor Andrei Luiz Mozzer informa que existe uma logística para tal e que duas grandes áreas que serão beneficiadas, como a Vigilância em Saúde tem recursos próprios que não estão inclusos na apresentação. O Conselheiro William Fontes diz que apesar dos recursos próprios de outros setores ao se fazer a somatória é destinado em média R\$ 35, 00 (trinta e cinco) por pessoas o que considera um valor baixo. O senhor Andrei Luiz Mozzer informa que são 70 mil trabalhadores, no entanto, não é possível atender a todos por questões logísticas, mas os recursos disponíveis serão otimizados e as ações mais importantes priorizadas. Informa que o valor disponibilizado no momento é sem o plano, a partir do momento que o mesmo for executado haverá subsídio para solicitar mais recursos de acordo com as ações executadas. O conselheiro João Carlos dos Santos questiona se a formação para o controle social está dentro do valor apresentado, pois, não foi mencionado formação para Conselhos Gestores. O Conselheiro Marcos Santos questiona se possuem parceria com a ESESP ou se dividem o orçamento com os mesmos. A conselheira Maria Lúcia dos Santos Mariano informa que foi coordenadora da Comissão em Educação Permanente na qual foi aprovado recursos para capacitar Conselheiros Estaduais e municipais, no entanto, o mesmo ficou pela metade, pois, somente uma turma de Conselheiros Estaduais foi formada e não houve mais notícias a respeito do referido curso. Informa sobre a capacitação recente oferecida pelo Ministério da Saúde a qual participou e diz que o Departamento de Educação Permanente da Secretaria Estadual de Saúde deve essa formação aos conselheiros. O senhor Andrei Mozzer responde que fizeram uma parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública para um curso de conselheiros em todo Estado e foram disponibilizadas mais de 200 vagas e ao final formaram-se apenas 124 (cento e vinte e quatro) conselheiros tendo uma alta taxa de evasão. Informa que fizeram uma ação educativa no Conselho estadual e foram 60 (sessenta) vagas e houve apenas 50% de adesão. O senhor Andrey Luiz Mozzer responde ao Conselheiro Marcos dos Santos que a ESESP disponibiliza centenas de cursos anuais sem retirar recursos da SESA, no entanto, são várias formas de se fazer parceria, como já houve o caso da ESESP realizar um curso ofertado pela Educação Permanente e o valor ser repassado. O Conselheiro João Carlos dos Santos sugere que a proposta seja aprovada com a ressalva de que o valor ofertado para educação permanente seja revisto (aumentado) e que a formação para Conselhos gestores sejam inclusos no Plano Estadual de Educação Permanente. A Conselheira Maria Lúcia dos Santos Mariano propõe que o Plano Estadual de Educação Permanente seja aprovado e o valor apresentado mantido, desde que atenda aos Conselhos Gestores. Há uma divergência dos conselheiros quanto à ressalva. A ressalva é reformulada da seguinte forma: Que os Recursos sejam recompostos para garantir as capacitações para o Controle Social constantes no Plano Estadual de Saúde, assim como para os profissionais de saúde, atendendo as necessidades epidemiológicas. É solicitada a verificação de quórum pelo conselheiro João Carlos dos Santos. Verificando-se a insuficiência de quórum para deliberação a a Presidente do CES, Sra. Joseni Valim de Araujo encerra a reunião e eu Alexandre de Oliveira Fraga, Secretário Executivo do CES, lavrei a presente ata

que vai assinada por mim e pela Presidente do CES.

ALEXANDRE DE OLIVEIRA FRAGA

Secretario Executivo
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

JOSENI VALIM DE ARAUJO

Presidente
Conselho Estadual de Saúde – CES/E